

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Inadimplência pode disparar em abril, diz ministro	2
Título: Setor elétrico propõe ‘acordo geral’ para atravessar pandemia	4
Título: Equipe de Guedes vê com cautela renegociação de contratos	7
Título: Postos pedem quebra de fidelidade para vender combustível de distribuidoras.....	8
Título: Braskem doa material para 60 milhões de máscaras	9
Título: Destaques	10
Título: Braskem eleva a R\$ 3,4 bi gastos em AL	11
Título: Nas usinas, é hora de proteger o caixa	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Distribuidor quer custo com pandemia em conta de luz.....	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/04/2020****Seção: Especial****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Inadimplência pode disparar em abril, diz ministro**

Principal porta de entrada de recursos para o setor elétrico, as distribuidoras de energia podem registrar taxa de inadimplência significativa já a partir deste mês, devido ao impacto da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, de acordo com estimativa do Ministério de Minas e Energia.

Para executivos de outros segmentos da cadeia e especialistas, é preciso uma solução rápida de injeção de liquidez para essas empresas, sob pena de provocar um colapso no mercado de energia.

“Aponta-se para uma inadimplência a partir do mês de abril que poderá ser significativa”, afirmou ontem **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em transmissão via Instagram promovida pelo deputado federal Paulo Ganime (Novo-RJ). “A distribuidora é o caixa do sistema. São elas [distribuidoras] que fazem a arrecadação por meio da conta de luz. E ela ainda é responsável por pagar encargos e impostos”, completou.

Com leitura semelhante sobre o problema, a Engie Brasil Energia (EBE), maior geradora privada do país, apoia a viabilização de um empréstimo emergencial para as distribuidoras. Dado que as concessionárias já deverão enfrentar problema de caixa nos próximos 15 a 20 dias, a empresa defende a possibilidade de utilização de bancos públicos - como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - para injetar recurso diretamente no caixa das distribuidoras.

“Temos que resolver o problema de forma pontual, criar uma linha de crédito primeiro para resolver o problema imediato de curto prazo junto aos bancos oficiais, via governo, para [em seguida] fazer uma solução de médio prazo, de um ou dois meses, para resolver o problema da queda de demanda e da eventual inadimplência através da conta do ACR [Ambiente de Contratação Regulada]. Com isso, não se cria a contaminação de toda a cadeia”, afirmou o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini.

De acordo com o executivo, a notificação preventiva de ocorrência de força maior por algumas distribuidoras na semana passada preocupou o setor, mas ele diz acreditar que os agentes honrarão com seus compromissos.

“Ela [a distribuidora] hoje está consciente de que, se quiser transferir o problema para outros elos da cadeia, vai contaminar os demais membros do

setor. Isso levará a um colapso, a uma falta de investimento futuro e a uma quebra generalizada”, disse. “Agora é o momento de buscar unidade do setor para que se mantenha uma saúde mínima do mercado e resolver o problema das distribuidoras.”

A gravidade da situação das distribuidoras pode ser medida por um estudo inédito feito pela consultoria Roland Berger e que indica que mais da metade das concessionárias pode ter geração de caixa negativa com a crise. Isso porque, a inadimplência esperada deverá afetar o prazo médio de recebimento das distribuidoras.

“A partir do momento que a distribuidora fatura, em oito dias, na média, ela observa esse faturamento se transformar em caixa. Se esse prazo médio de recebimento crescer para 12 dias, mais da metade das distribuidoras teria caixa negativo. Elas não têm essa sobra de caixa para suprir um impacto no capital de giro tão grande”, afirmou Daniel Martins, diretor da área de energia da Roland Berger e coordenador do estudo. “Isso gera, de fato, um grande impacto na liquidez, que é o problema mais importante de curto prazo do setor elétrico brasileiro”, completou ele.

Para o especialista, um empréstimo emergencial para as distribuidoras é “inevitável”. “No médio prazo, a preocupação será maior em controlar perdas, inadimplência e dar uma solução equilibrada para o problema da sobrecontratação”, completou, defendendo a discussão de um novo pacto para o setor elétrico.

Ainda no estudo, a Roland Berger prevê uma queda média de 4% do consumo de energia no país neste ano. A estimativa é feita com base em uma projeção de queda do PIB de 2% para o período. Segundo Martins, a retomada da atividade econômica tende a ser lenta e gradual, com crescimento médio do consumo de energia de 1,7% ao ano, entre 2020 e 2025.

A economista e ex-diretora do BNDES Elena Landau, especialista do setor, também prevê recuperação lenta da economia, após a pandemia. “Nada indica que essa crise vai durar só 90 dias e que a recuperação será em ‘V’”, afirma.

Com uma visão pragmática, ela diz enxergar um risco de judicialização no mercado de energia, na medida em que o governo demora para organizar e tomar medidas para uma solução sistêmica. “Assim como o pagamento dos R\$ 600 [de auxílio para os trabalhadores informais] demorou, se você não tomar controle da situação [no setor elétrico], vai ter judicialização.”

Segundo ela, na crise do racionamento de energia, em 2001 e 2002, o governo agiu rapidamente para coordenar o comitê de crise e buscar uma solução com o

mercado, em que “todo mundo cedeu um pouco”. Ela lembra, porém, que o setor hoje é mais complexo, devido à diversificação e ao aumento do número de agentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/04/2020

Seção: Especial

Autor: Daniel Ritnner — De Brasília

Título: Setor elétrico propõe ‘acordo geral’ para atravessar pandemia

A equipe econômica estuda um socorro bilionário às distribuidoras de energia, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou de um “pool” de bancos comerciais, mas uma ala majoritária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vê essa medida com ressalvas. A agência avalia um cardápio de ações, começando pela abertura de renegociações bilateral dos contratos de fornecimento entre geradoras e distribuidoras, como alternativa para lidar com a crise.

No sábado, o **ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** fez uma reunião virtual com as principais associações do setor elétrico e recolheu contribuições para a adoção de medidas. Uma das associações traça cenário em que as distribuidoras terão queda de até 20% no consumo de energia neste mês, quando comparado com o mesmo período do ano passado, e 35% de inadimplência no pagamento das contas. O corte de luz - mecanismo considerado mais eficaz pelas empresas para forçar clientes com pagamentos atrasados a acertar sua situação - foi suspenso por 90 dias pela Aneel.

Diante do rombo estimado em até R\$ 20 bilhões no fluxo de caixa das distribuidoras, Albuquerque e seus auxiliares ouviram sobre a necessidade de um “acordo geral” no setor elétrico, no estilo do adotado durante o racionamento de energia em 2001. “Vai ser preciso um acordão no setor, envolvendo todos os agentes, não medidas pontuais”, diz Paulo Pedrosa, presidente-executivo da Abrace, que reúne grandes consumidores industriais. “A solução virá de várias partes. Se cada um colaborar um pouquinho, todos perderão menos.”

Pedrosa sugere um conjunto de iniciativas paralelas: fundos setoriais voltados para eficiência energética e para pesquisa e desenvolvimento podem ser redirecionados. A taxa de retorno de geradoras, transmissoras e distribuidoras

(conhecida pela sigla WACC) pode ter uma redução momentânea. O Tesouro Nacional pode participar cobrindo encargos como a tarifa social para famílias de baixa renda. E o BNDES pode aportar recursos no capital das empresas, com um compromisso e cronograma de revenda pré-definidos, com ganhos a partir da potencial valorização de fatias acionárias no pós-crise.

“Os impactos da crise não devem apenas ser transformados em um custo para os consumidores, comprometendo a retomada da economia”, disse Pedrosa, que foi secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia no governo Michel Temer, na videoconferência de sábado. “A solução precisa apontar para a modernização do setor, o fim dos subsídios, maior eficiência do mercado e na alocação de riscos e custos, eliminação dos custos de políticas públicas pagos como encargos. Não acolher empresas ineficientes e segmentos que dependam permanentemente de proteção e reserva de mercado.”

Em carta aos clientes, o presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, vê uma possibilidade de que a carga de energia comece a se normalizar a partir de junho e se comporte “dentro de patamares normais” ao longo do segundo semestre. Mesmo assim, seria suficiente para uma retração de 1,5% no consumo do sistema interligado em 2020, o que significaria retirada de 2.750 megawatts (MW) médios no ano.

“Para o cenário de oferta e demanda, enxergamos um aumento de um ano na cobertura da demanda no horizonte decenal, passando de 2024 para 2025. Logo, tudo mais constante, leilões futuros de energia seriam destinados a cobrir a demanda a partir de 2026.”

Pires acrescenta outra possibilidade no leque de medidas para análise: no caso de concessões perto de vencer, tanto de usinas hidrelétricas como de linhas de transmissão, Pires cogita a hipótese de diferimento de suas faturas em troca de um ativo regulatório que se converteria em ampliação de prazo dos contratos.

Na semana passada, o grupo paranaense Copel estimou em R\$ 15 bilhões a R\$ 17 bilhões a necessidade de empréstimo para recompor o fluxo de caixa das distribuidoras, que são uma porta de entrada dos recursos no setor. Nos bastidores, fala-se em até R\$ 20 bilhões.

O mecanismo de ajuda seria inspirado no resgate adotado em 2014, pelo governo Dilma Rousseff, que viabilizou crédito de um “pool” de bancos à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A chamada “Conta ACR” acabou sendo repassada às tarifas.

Uma fonte ligada ao Ministério de Minas e Energia, no entanto, faz o seguinte cálculo: cada R\$ 1 bilhão para as distribuidoras se reverte em 0,6 ponto percentual de aumento nas tarifas para os consumidores. Se houver um empréstimo de R\$ 20 bilhões, o impacto chegaria a 12%. Mesmo dividido em quatro anos, seriam 3% por ano. Por isso, defende essa fonte, a primeira medida deveria ser a renegociação dos contratos de compra e venda de energia.

“É preciso pensar em um acordo geral do setor elétrico”, acredita Mário Menel, presidente da Abiape, entidade que congrega as empresas autoprodutoras de energia, como Alcoa, Gerdau e Votorantim.

Veterano na área de energia, Menel já participou de momentos célebres, como a “câmara do apagão”, que gerenciou o racionamento do governo Fernando Henrique Cardoso, e a MP 579, medida provisória editada por Dilma e que redundou em prejuízo de mais de R\$ 100 bilhões.

“A crise atual é mais complexa”, avalia Menel, quando compara os momentos de maior sensibilidade para o setor elétrico neste século. “Em 2001, o setor elétrico era o centro de todas as atenções e o governo estava voltado para um socorro. A mesma coisa aconteceu em 2012. O caos se instalou. Agora, há uma disputa de prioridades. Estamos com uma crise global, que pega o país todo, e o nosso cobertor é curto.”

Menel aponta o projeto de lei para resolver o risco hidrológico das geradoras (GSF na sigla em inglês), em tramitação no Senado, como exemplo das dificuldades em meio à pandemia de coronavírus. O PL 3975/19 aguarda votação em plenário para seguir à sanção presidencial e solucionar uma inadimplência de 90% no mercado “spot”.

Com quase 10 mil MW de capacidade instalada em usinas hidrelétricas, os autoprodutores querem vender suas sobras de energia, em um momento de fábricas paradas, no mercado de curto prazo (spot). O preço de liquidação de diferenças (PLD) nesse mercado está no piso de R\$ 39,68 por megawatt-hora. Mesmo sendo baixo, as empresas poderiam ter uma fonte de receita para atenuar suas perdas.

O problema é que, com uma inadimplência tão alta, só uma pequena parte do dinheiro cai efetivamente na conta dos vendedores. “Quando o ministro Bento entrou, ele prometeu uma solução para o GSF em 30 dias. Já se passaram 15 meses de governo e ainda não saímos do impasse.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/04/2020****Seção: Especial****Autor: Daniel Rittner — De Brasília****Título: Equipe de Guedes vê com cautela renegociação de contratos**

Para Ministério da Economia, medida romperia uma estabilidade regulatória que tem atraído investidores para os leilões de energia

Uma ala da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) trata, como medida prioritária para aliviar a crise no setor, a abertura de renegociação dos contratos já firmados de compra e venda de eletricidade. Com uma eventual redução dos montantes contratados pelas distribuidoras, mediante aval da agência reguladora, parte do prejuízo seria compartilhada com as empresas que atuam nos segmentos de geração e de transmissão.

O Ministério da Economia, no entanto, aponta problemas nesse caminho e enxerga o empréstimo bancário às distribuidoras como saída mais viável. Na avaliação de integrantes da equipe econômica, se essa renegociação for autorizada, rompe-se com uma estabilidade regulatória que tem atraído investidores para os leilões de energia - considerados os mais bem-sucedidos em toda a área de infraestrutura, pelos preços atingidos na geração e deságio na receita-teto dos “linhões”.

O último leilão de transmissão, em dezembro, teve deságio recorde de 60%. O valor do megawatt-hora nos certames de geração também desabou. Em 2019, a energia fotovoltaica vendida nos leilões do mercado regulado ficou abaixo dos R\$ 100 pela primeira vez e a eólica continua demonstrando forte competitividade. Se for aberta a possibilidade de renegociação posterior dos volumes contratados, será um novo risco para os investidores, diz um auxiliar do ministro Paulo Guedes. Aumenta-se o risco, os empresários precificam e vão pedir um retorno maior.

“Nos próximos leilões, obviamente os preços cobrados ficam mais altos”, avalia um técnico da equipe econômica. “Aí o consumidor também acaba pagando na tarifa, de outra forma, ao longo dos anos. É um jogo de soma zero, sempre alguém vai pagar”, diz essa fonte, acrescentando que talvez o empréstimo bancário às distribuidoras não seja a melhor saída, mas se prove a única possível no curtíssimo prazo.

A possibilidade de discussão de um WACC - sigla em inglês para definir a taxa de remuneração regulatória para os investimentos - temporariamente mais baixo é vista como um sacrifício factível a ser cobrado das empresas. Diante da

excepcionalidade da crise provocada pela pandemia de coronavírus, não se descarta que o WACC tenha uma revisão momentânea para fazer com que as companhias do setor elétrico com contratos de concessão tenham lucros menores.

Recentemente, pouco antes da emergência sanitária, a Aneel anunciou os novos índices da taxa de remuneração para as concessionárias do setor elétrico em 2020. Para as distribuidoras, o WACC caiu de 8,09% para 7,32% ao ano. O índice é aplicado nas revisões tarifárias periódicas de cada empresa.

Já os segmentos de transmissão e geração tiveram o retorno fixado em 6,98% ao ano. O WACC vigente, até então, era de 6,64% na transmissão e de 7,16% na geração. **(colaborou Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/04/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Postos pedem quebra de fidelidade para vender combustível de distribuidoras

Revendedores acusam fornecedores de não repassarem cortes preço da Petrobras

O setor de postos de combustíveis, por meio de seus sindicatos regionais, entrou com pedido na Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que o órgão regulador suspenda, temporariamente, a obrigatoriedade da fidelidade à bandeira. Em meio à crise do mercado, desencadeada pela pandemia do coronavírus, revendedores acusam seus fornecedores de não repassarem as alterações de preço da Petrobras e querem liberdade para comprar de quem quiser, independentemente da bandeira que ostentem em seus postos.

Hoje, um posto “bandeirado” só pode adquirir e vender combustível fornecido pelo distribuidor com o qual possui acordo para exibição da marca. Segundo o ofício enviado à ANP, os postos destacam que a discrepância nos preços de compra praticados pelas distribuidoras chega a cerca de R\$ 0,40 no caso do diesel e a R\$ 0,25 na gasolina. Com a crise, ficou insustentável manter a competição com os postos bandeiras brancas, que em geral têm mais opções de compra.

“Considerando que, em uma situação de concorrência normal, a variação dos valores já produz resultados significativos, o que dizer então quando se tem uma queda no faturamento entre 50% a 80%?”, questionam os sindicatos, em

documento enviado à ANP. No ofício, os postos lembram que, em maio de 2018, em meio à greve dos caminhoneiros, a ANP já havia permitido a flexibilização da fidelidade.

Os postos revendedores acusam as grandes distribuidoras de não repassarem, “na mesma intensidade e velocidade” as quedas dos preços da Petrobras, nas refinarias. Os sindicatos vinculados à Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) encaminharam ofício também a BR, Ipiranga, Raízen e Ale pedindo para que revejam seus preços e políticas comerciais, “de modo a assegurar que os postos bandeirados possam se manter efetivamente competitivos”.

Os revendedores pedem que, caso não seja possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que os postos possam rescindir os acordos de fidelidade sem multas.

Ao longo das últimas semanas, as três principais distribuidoras do país - BR, Ipiranga e Raízen - lançaram iniciativas para dar apoio a seus revendedores. Dentre outras medidas, as empresas anteciparam recebíveis, adiaram ou parcelaram a cobrança de contratos de locação e dos royalties e taxa de marketing das franquias. No ofício, contudo, os revendedores consideram que as medidas “têm se revelado insuficientes para restabelecer o equilíbrio contratual com os postos bandeirados”. Os postos argumentam que o setor precisa reduzir os custos de aquisição dos combustíveis, que representam, em média, mais de 80% do custo total de operação da revenda.

A Raízen preferiu não comentar, enquanto a Ipiranga não respondeu até a conclusão desta edição. A BR esclareceu que monitora o cenário e “está a postos, identificando medidas que possam mitigar os impactos dessa situação excepcional”. Alegou, ainda, que não declarou força maior e nem sequer cogitou cancelar seus contratos e que o momento “exige união”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem doa material para 60 milhões de máscaras

Ação faz parte de um trabalho conjunto que envolve clientes e entidades de classe, que conta com 32 iniciativas

Maior produtora de resinas termoplásticas das Américas, a Braskem vai doar parte do polipropileno que produz, em volume suficiente para fabricação de mais de 60 milhões de máscaras cirúrgicas ou mais de 1 milhão de aventais, para auxiliar o combate da pandemia de covid-19.

Num primeiro momento, a Braskem se uniu nessa iniciativa à Fitesa, que receberá o PP da petroquímica e produzirá o não tecido (TNT) usado na confecção equipamentos de proteção. Juntas, as empresas doarão o TNT para os transformadores que se incumbirão de fabricar máscaras cirúrgicas e aventais de proteção.

A Braskem doará ainda a matéria-prima para produção de embalagens que serão usadas para 750 mil litros de álcool líquido e em gel e para a fabricação de 500 mil almotolias (frasco plástico para álcool em gel utilizado em hospitais), 10 mil caixas de hipoclorito para diluição ou uso como água sanitária e mais de 150 mil sacos plásticos para lixo hospitalar.

A empresa informou em nota que também está buscando respiradores no mercado internacional para fornecer à rede pública de saúde no país. Os equipamentos serão encaminhados a hospitais de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A ação da Braskem faz parte de um trabalho conjunto que envolve clientes e entidades de classe, que conta com 32 iniciativas. “A covid-19 impõe uma situação desafiadora para nossa sociedade e acreditamos que a união é parte fundamental para a superação deste momento”, diz em nota o diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem, Jorge Soto.

Participam ainda das ações: BrasALPLA, Plimax, Indústrias Reunidas Raymundo da Fonte, Companhia Nacional do Álcool, Raízen, federações das indústrias da Bahia e do Ceará, Unica, Senai (SP), Emplas, Newsul, Soroplast, Mauser, Ingleza, Alemolde, Raízes-Vibraço, Simperj, ABIHPEC, Cristal Embalagens, AZPlast, SR Embalagens, Epema, Unicamp, Plástico Itália, Grupo Chiacchio, 3D Criar e Projeto Higia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

CPFL adia assembleias

A CPFL Energia informou que vai postergar a realização das assembleias gerais ordinária e extraordinária de acionistas, previstas para acontecer em 30 de abril. Segundo a companhia, a medida foi tomada visando o “melhor interesse da companhia e de seus acionistas” considerando as restrições e consequências causadas pelo novo coronavírus (covid-19). A empresa informou ainda que divulgará oportunamente a nova data para as assembleias.

Dividendo da Light

O conselho de administração da Light decidiu alocar o dividendo mínimo obrigatório em reserva especial, como forma de preservar liquidez em meio às incertezas decorrentes da covid-19.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 07/04/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo.****Título: Braskem eleva a R\$ 3,4 bi gastos em AL**

O afundamento do solo em áreas de Maceió (AL) próximas à região de mineração de sal-gema da Braskem custará mais caro do que os R\$ 2,7 bilhões do acordo com o Ministério Público e outras autoridades anunciado em janeiro. Agora, a petroquímica prevê gastar R\$ 3,4 bilhões para solucionar o problema, que ainda depende de negociações individuais com moradores e proprietários de imóveis nos locais considerados de risco.

O montante, que foi provisionado no quarto trimestre, explica o prejuízo líquido recorde de R\$ 2,9 bilhões no intervalo. E incorpora o valor previsto no acordo de janeiro - R\$ 1,7 bilhão em indenizações e R\$ 1 bilhão para o fechamento dos poços cuja situação é considerada mais crítica - e outras despesas estimadas, que ainda vão incorrer. “É a melhor estimativa que a empresa tem hoje para o custo total de Alagoas”, disse ao **Valor** o vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da petroquímica, Pedro Freitas.

Com essa magnitude, o evento geológico em Maceió já custa à Braskem praticamente o mesmo que o acordo de leniência firmado em 2016, após a Operação Lava-Jato revelar a existência de um esquema de pagamento de propina na petroquímica e em sua controladora, a Odebrecht. O reconhecimento desses gastos também tem em comum o estrago provocado no balanço financeiro da empresa, resultando nos maiores prejuízos já registrados pela companhia.

Antes desses R\$ 2,9 bilhões, a maior perda trimestral havia sido registrada justamente no mesmo intervalo de 2016, quando foi firmado o acordo leniência de R\$ 3,1 bilhões com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça - no ano passado, essa conta ficou um pouco mais salgada com os R\$ 410 milhões adicionais do acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU). Naquele intervalo, a perda foi de R\$ 2,5 bilhões.

O cenário desafiador para a petroquímica mundial se refletiu em queda de 15% da receita líquida da Braskem no quarto trimestre, na comparação anual, para R\$ 12,6 bilhões. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 45%, para R\$ 1,05 bilhão. No acumulado de 2019, a receita líquida caiu 10%, a R\$ 52,3 bilhões, e o Ebitda encolheu 31%, para R\$ 7,8 bilhões. De acordo com Freitas, apesar da situação “bastante confortável” do ponto de vista de caixa e endividamento, as incertezas geradas pela crise da covid-19 motivaram o saque de linha de crédito de US\$ 1 bilhão.

“É um seguro”, comentou o executivo, acrescentando que a geração de caixa livre em 2019, de R\$ 3 bilhões, foi forte. Ao fim do ano passado, a Braskem tinha perto de US\$ 2 bilhões em caixa e essa posição vem se mantendo. Além disso, a Braskem emitiu US\$ 2,25 bilhões em bônus no quarto trimestre do ano passado, na maior operação de sua história, e pré-pagou cerca de US\$ 2 bilhões em dívidas com vencimento até 2023. Com isso, reduziu a menos de US\$ 1 bilhão os compromissos vincendos nesse intervalo. “Fizemos isso por causa do ciclo de baixa da petroquímica, mas também nos ajuda nesse cenário de covid-19”, comentou.

Em outra frente para lidar com os spreads petroquímicos comprimidos, a Braskem reduziu os investimentos na operação e em expansão ao longo de 2019. No ano, foram desembolsados R\$ 2,78 bilhões, 16,3% menos do que o previsto inicialmente, ou R\$ 3,32 bilhões. Os aportes operacionais ficaram em R\$ 1,87 bilhão, redução de 17,4%, e o desembolso estratégico, com destaque para a nova fábrica de polipropileno nos Estados Unidos, totalizou R\$ 903 milhões, com queda de 13,7% frente ao que estava planejado inicialmente. No México, a Braskem Idesa investiu o equivalente a R\$ 104 milhões, frente a R\$ 107 milhões do orçamento original.

Conforme Freitas, a companhia tem percebido aumento na demanda de resinas em determinados segmentos, como o de embalagens, e queda em outras áreas, como as relacionadas à construção civil. Diante disso, ainda não é possível afirmar se haverá necessidade de algum ajuste de produção nas fábricas brasileiras. As unidades mantêm produção normal, com efetivo reduzido e medidas adicionais para preservar os trabalhadores, e não houve ruptura na cadeia de suprimentos. “Ainda não está claro qual será o impacto da pandemia nas operações”, ponderou.

Na Europa, as restrições à movimentação entre países têm afetado a operação da Braskem, que produz polipropileno na Alemanha. Ali, a taxa de utilização está menor. Nos Estados Unidos, comentou o executivo, o cenário é outro. A demanda pelo PP produzido nas unidades da brasileira é maior do que a capacidade de produção. O PP é o principal plástico na cadeia da saúde, usado na fabricação de máscaras cirúrgicas, aventais de proteção, itens hospitalares, entre outros. **(Colaborou Raquel Brandão)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 07/04/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Nas usinas, é hora de proteger o caixa

Diante dos vários revezes pelos quais o setor sucroalcooleiro vem passando nas últimas semanas e da incerteza da extensão da crise que o coronavírus provocará, as companhias com melhor situação financeira defendem que é o momento de reforçar a gestão de risco e proteger o caixa para mitigar os danos que virão, e descartam possibilidade de aquisições de usinas em dificuldade.

Em live promovida ontem pela XP Investimentos, o presidente da Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, Ricardo Mussa, afirmou que “o que podemos aprender dessa crise é muita gestão de risco”. Ele exemplificou como estratégia de hedge a atuação no mercado futuro de gasolina, para garantir a margem das vendas de etanol.

Presidente do Grupo São Martinho, Fabio Venturelli, que também participou da live, defendeu a necessidade de garantir proteção financeira, mas questionou a possibilidade de que muitas usinas sigam o caminho. “A crise ensina, mas não sei se vai possibilitar muita gente que não teve a chance de aprender no passado a aprender dessa vez”, afirmou.

Ambos avaliaram como arriscado apostar em um movimento aquisição de usinas menos capitalizadas por outras mais estruturadas, e não só pela circunstância, mas por peculiaridades do setor.

“Quando vejo algumas oportunidades [de ativos], há canaviais sofrendo há quase uma década. Mesmo assumindo uma dívida, precisaria dar o mesmo valor [a mais] para investir e ter canavial com a produtividade que precisamos para sermos competitivos”, observou Venturelli.

Mussa avaliou que há espaço para consolidação, mas não via aquisição de usinas. “Seria até mais fácil fazer isso, mas é um modelo que precisa de muito capital empregado, com risco de retorno complicado”, disse.

Para o presidente da Raízen, que possui uma joint venture de trading de açúcar com a asiática Wilmar, “se o Brasil consolidasse mais a comercialização, iria beneficiar o mercado inteiro”. “Tem valor enorme a ser destravado, mas é difícil achar o modelo. Em crise, empresas ficam mais abertas a discutir diferentes modelos para mudar patamar de comercialização do açúcar brasileiro”, avaliou Mussa.

Carlos Santos, presidente da mineira CMAA, disse na live que a compra da Usina Canápolis, em 2017, foi facilitada por não ter canavial. “É mais fácil consertar uma base nova”.

Para atravessar os próximos meses, a CMAA pretende segurar o etanol em seus tanques, enquanto gera caixa com venda de açúcar e energia - que, na safra passada, representou 25% de seu lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). “Talvez entre junho e agosto, se a demanda melhorar, podemos colocar etanol no mercado”.

A forte fixação antecipada dos preços de exportação de açúcar deve se tornar uma importante tábua de salvação neste momento, já que o dólar tem favorecido a manutenção da remuneração das usinas. Até 31 de março, mais de 17 milhões de toneladas para exportação estavam com valores travados, segundo a Archer Consulting.

Já a reação do mercado de etanol ainda é incerta. Na visão da Raízen, a demanda do ciclo Otto só deve se normalizar em setembro. No “pico” das medidas de isolamento, a redução pode chegar a 70%, começando a se recuperar em maio, com quedas de 50%, estimou Mussa, com base no comportamento da demanda em países que estão passos à frente na crise do coronavírus.

Na São Martinho, a estratégia usual de carregar boa parte da produção de etanol para a segunda metade da safra deve ser reforçada, favorecida por uma tancagem adicional nova na Usina Boa Vista, em Quirinópolis (GO). “Conseguimos [estocar] pouco mais de 70% da produção. Isso nos leva confortavelmente até setembro”, disse Venturelli.

Para ele, pode ocorrer neste primeiro trimestre uma antecipação das vendas de açúcar, além de oportunidades de exportação de etanol para fins que não o de combustível, como para a indústria de higiene.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/04/2020

Seção: Colunas

Autor: ANNE WARTH, DENISE LUNA, ALINE BRONZATI E CRISTIAN FAVARO

Título: Distribuidor quer custo com pandemia em conta de luz

Coluna do broadcast

Preocupadas com a queda do consumo, os distribuidores de energia querem a garantia de que terão custos pagos por tarifas – ou seja, repassados ao consumidor. Para isso, as empresas querem que o governo inclua, no texto de uma medida provisória a ser enviada ao Congresso nos próximos dias, a possibilidade de pedir reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Também querem que a redação estabeleça que sobras de energia sejam repassadas às contas de luz. Atualmente, as distribuidoras devem contratar entre 100% e 105% da demanda para não serem punidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A contratação do que ultrapassa os 105% é considerada risco da própria distribuidora. Com a redução do consumo, elas querem que os excedentes sejam enquadrados como “exposição involuntária”, ou seja, decorrente de eventos alheios à vontade das empresas.

» Sou contra. A proposta encontra resistência na Aneel. Internamente, fontes consideram que, ao incluir os termos no texto, o governo estaria passando por cima das atribuições do órgão regulador. A Aneel não é contra pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, mas alega que as normas sobre esse tipo de situação já existem e funcionam bem. Na pandemia, será preciso avaliar casos concretos. Exemplo: as empresas teriam de comprovar a relação entre sobra de energia e a queda do consumo em decorrência da covid-19.

» Blefe. Um dos receios na Aneel é que o setor use a pandemia como desculpa para resolver problemas prévios. É o caso da inadimplência. Até agora, as distribuidoras não apresentaram números que comprovem o aumento dos calotes nas contas de luz. A cobertura de custos com inadimplência também é um item que as empresas querem empurrar para a redação da MP.

» Prática antiga. As regras para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos existem desde 1995. Em 2011, no racionamento de energia, o governo obrigou o consumidor a reduzir o consumo. Depois, as distribuidoras foram compensadas por perdas com aumento de tarifas.

» Nos Estados. Na primeira revisão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) depois do agravamento da crise do coronavírus, o preço médio do petróleo utilizado para cálculo dos royalties já aponta para redução na arrecadação da União em 30%, em 2020. O valor sai de uma estimativa inicial de R\$ 27 bilhões em 2020 para R\$ 19,5 bilhões.

» Última que morre. Em uma visão otimista, a ANP reduziu o preço médio usado para calcular as estimativas dos royalties para União, Estados e municípios, de US\$ 60 o barril, em março, para US\$ 43,30 o barril, em abril. Enquanto a expectativa para a média do dólar foi mais tímida, para R\$ 4,44 contra R\$ 4,04 do mês anterior. Os valores ainda estão distantes da realidade. Hoje, o petróleo tipo Brent, que serve de parâmetro para as negociações da Petrobrás está sendo negociado pouco acima dos US\$ 30 o barril, depois de semanas tocando a casa dos US\$ 25.

» Perdas. Se levado em conta o valor atual do petróleo, a arrecadação da União iria a R\$ 13 bilhões, bem distante dos R\$ 23,4 bilhões do ano passado. O Estado que mais perderia seria o Rio de Janeiro, maior produtor do País. A queda de arrecadação seria de R\$ 2,7 bilhões, ante os R\$ 4 bilhões projetados pela agência com o barril na casa dos US\$ 40.

MME / ASCOM .